

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Substância, desvelamento e outras armadilhas-no combate ao racismo no Brasil contemporáneo-.**

Carolina Cantarino Rodrigues.

Cita:

Carolina Cantarino Rodrigues (2009). *Substância, desvelamento e outras armadilhas-no combate ao racismo no Brasil contemporáneo-.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/424>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Substância, desvelamento e outras armadilhas**

**-no combate ao racismo  
no Brasil contemporâneo-**

***Carolina Cantarino Rodrigues***

*Doutorado em Ciências Sociais*

*Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil*

*carolcantarino@hotmail.com*

A proposta desse artigo é pensar algumas relações entre ciência e políticas de identidade no Brasil contemporâneo. Essas relações atravessam a afirmação de uma noção de “raça” marcada pela biologia, particularmente no campo denominado “saúde da população negra” e seus investimentos na prevenção e tratamento de “doenças raciais”. Atravessam, também, o acionamento da miscigenação pela chamada genética de populações. Os resultados de seus mapeamentos genéticos apontariam para uma “comprovação científica” de que “não existem raças”. O que faria sentido, dessa perspectiva, seria a miscigenação, a “verdadeira essência” do povo brasileiro, desvelada pela ciência.

Proponho, inicialmente, discutir essas apostas identitárias procurando percorrer relações entre acontecimentos, histórias, conceitos, argumentos, narrativas, sujeitos, grupos, formações sociais e posições políticas nelas criadas. Depois, farei uma crítica a essa opção identitária e sua lógica substancialista e de desvelamento.

## **CONFIGURAÇÃO**

Em minha dissertação de mestrado (RODRIGUES, 2004), dialoguei com uma bibliografia sobre o movimento negro brasileiro que trata da relação entre cultura e política no âmbito, principalmente, do Centenário da Abolição em 1988. Busquei uma interlocução com autores que afirmam ou uma tendência culturalista ou uma política cultural como característica do movimento negro contemporâneo (pós-década de 1970). Procurei destacar algumas experiências do movimento negro, a partir dos anos 1980 – como os Conselhos de Participação da Comunidade Negra e a Constituição de 1988 – que se distanciam dessa ênfase na “cultura negra” para focalizar a questão da discriminação racial e da desigualdade.

Tais experiências foram destacadas por serem consideradas cruciais para se contextualizar a discussão sobre ação afirmativa no Brasil e a implementação das primeiras políticas públicas focalizadas na chamada população negra, ainda na década de 1990. Primeiro porque o movimento negro inaugura uma relação com o Estado que passa a ser vista como necessária na medida em que o que se quer é discutir políticas públicas. E segundo, porque os sujeitos políticos que se constituem neste contexto de aproximação do movimento negro com o Estado e que apostam, de fato, nesta aproximação, serão as lideranças que se destacarão tanto no processo de preparação para a Conferência Mundial da ONU (Durban, África do Sul, 2001), quanto nas atividades envolvendo o projeto de lei do senador Paulo Pahim (o chamado Estatuto da Igualdade Racial). Esses eventos são considerados marcos importantes, nas narrativas de ativistas do movimento negro, de sua história recente.

Durante a preparação brasileira para a Conferência de Durban e as audiências públicas do Estatuto da Igualdade Racial, o que se nota – além da constituição de uma teia de relações entre o movimento de mulheres negras, organizações não-governamentais e ativistas oriundos do movimento sindical - é a construção de uma equação entre ação afirmativa (incluídas nela as cotas *raciais*) e reparação: ao mobilizar politicamente a história do Brasil e, em especial, uma

interpretação sobre a abolição da escravidão, o que se quer é afirmar a opção política que o Estado brasileiro fez pela escravidão e, também, depois da Abolição e com a instauração da República, a opção política pela exclusão da população negra<sup>1</sup>.

A partir da construção desse repertório da reparação e da mobilização que ele faz da história nota-se um esforço, portanto, em qualificar um racismo institucional. Sendo assim, do ponto de vista das desigualdades sociais perpetradas pelo racismo que caracterizaria o Estado, a realidade brasileira não seria diferente daquela dos países nos quais o Estado estabeleceu uma política de segregação racial – a África do Sul e os Estados Unidos. Por isso, as alternativas adotadas nesses países para a diminuição da desigualdade e para o combate ao racismo fariam sentido também no Brasil.

Assim como a discussão sobre cotas raciais nas universidades públicas, a construção de um campo de intervenção política denominado “saúde da população negra” também acontece nesse contexto. Propostas de implementação de políticas públicas voltadas para o combate ao racismo na área da saúde começam a ser discutidas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente após a já citada participação brasileira na Conferência de Durban (2001), quando ativistas negras brasileiras tiveram papel de destaque. A história do movimento de mulheres negras, nas narrativas de suas próprias protagonistas (OLIVEIRA, 2001), aliás, é marcada pelo tema da saúde sexual e reprodutiva, suscitado, principalmente, pela questão da esterilização de mulheres negras no país. É nesse contexto que demandas voltadas para especificidades raciais no campo da saúde começam a ser construídas.

Em 1996, o Ministério da Saúde realiza uma “Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra” com a presença de cientistas, ativistas do movimento negro e técnicos do ministério e cuja conclusão é a de que não haveria justificativa para a criação de programas de saúde específicos para a população negra. A exceção é o “Programa de Anemia Falciforme” pelo fato de, segundo palavras do Ministério da Saúde, “*ser uma doença incidente predominantemente sobre a população afrodescendente e já contar com sinalizadores estatísticos suficientes e convincentes para justificar sua prioridade como problema de saúde pública*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

---

<sup>1</sup> Outro elemento recorrentemente mobilizado, neste ínterim, para caracterizar uma “política racial” que seria perpetrada pelo Estado brasileiro, diz respeito ao incentivo à imigração europeia a partir do final do século XIX.

É interessante notar como, nesse momento, a anemia falciforme já é caracterizada como uma “doença racial”, o que justifica, por si só, a implementação de políticas públicas voltadas para o seu diagnóstico e tratamento junto à população negra. A mesma legitimidade não é conferida a outras doenças e à demanda pelo reconhecimento da existência de racismo no acesso e na qualidade dos serviços de saúde.

Além do movimento negro, antropólogos e geneticistas também se constituem em protagonistas do debate sobre políticas de ação afirmativa. Para alguns antropólogos (FRY, 2005; MAGGIE, 2006), através dos programas de combate à anemia falciforme, “raça”, num sentido biológico, estaria sendo retomada. Diante da dificuldade histórica do movimento negro de persuadir os “mestiços” a se assumirem como “negros”, alguns ativistas negros estariam aderindo ao discurso da “doença racial” como uma maneira de se naturalizar uma identidade negra.

Para se contrapor a essa retomada da “raça”, argumenta-se a favor de uma “especificidade brasileira” através da miscigenação e do acionamento de recentes mapeamentos genéticos. Realizados pela equipe do geneticista Sérgio Danilo Pena, os resultados desses mapeamentos apontariam para uma “comprovação científica” de que “não existem raças” ou “não faz sentido falar em raça no Brasil” ou “não existem raças do ponto de vista biológico”. O que faz sentido, dessa perspectiva biológica, é a miscigenação.

## **RAÇA**

Desdobrarei, agora, algumas relações em torno da chamada anemia falciforme. A presença da doença no Brasil é justificada por uma referência à diáspora africana, já que a doença surgiu na África ocidental, como uma mutação genética que criaria uma resistência à malária. (OLIVEIRA, 2006). Essa seria a definição científica da doença, quem vem sendo (re)traduzida no âmbito de organizações não-governamentais de mulheres negras que atuam na área da saúde e que desenvolvem uma série de atividades – incluindo grupos de auxílio aos portadores da doença.

A princípio, essas organizações concedem uma explicação científica para a doença: mesmo

que não faça sentido falar em raça do ponto de vista biológico, não se pode desconsiderar a questão da “predisposição biológica” que deve ser entendida como “o binômio indissociável composto por constituição hereditária e meio ambiente”(OLIVEIRA, 2006). Assim é que doenças como a anemia falciforme seriam o resultado de “causas multifatoriais”, dentre elas, a hereditariedade e os agravos à saúde decorrentes da vivência do racismo e da pobreza. Mas restringir a incidência da doença falciforme aos negros não seria tratá-la como uma doença racial?

Nesse sentido é que a anemia falciforme vem sendo caracterizada como uma doença afrodescendente. Ressalte-se que afrodescendência, aqui, sugere uma ambigüidade, uma imprecisão que permite que a doença seja identificada como um problema da “população negra”, mesmo que “cientificamente” não se possa considerá-la assim, já que ela poderia ser diagnosticada em “pessoa de qualquer cor da pele”. A ciência é mobilizada para ressaltar a hereditariedade da doença e mobilizar uma ancestralidade africana.

Essa ambigüidade pode ser observada em algumas associações de auxílio e aconselhamento aos portadores da doença falciforme. A presença de portadores da doença que são brancos muitas vezes gera incômodo. Eles mesmos, durante as reuniões, costumam relatar problemas para serem atendidos nos postos de saúde já que, por serem brancos, têm sua condição de portadores da doença constantemente questionada por profissionais de saúde (MAHER, 2005).

As ONGs que trabalham nessa área são marcadas por uma perspectiva afrocêntrica que tece conexões com a África muitas vezes pensada como continuidade: traços africanos que perduram no tempo, se difundem pelo espaço, se concretizam nos corpos negros através de uma ancestralidade. Origem. Raízes. Sobrevivências. Há investimentos no resgate de um passado africano para a fabricação de uma semelhança, de uma solidariedade. Passado que antecede à escravidão.

São muitos os que tensionam essa África-geografia, essa África-passado ou mesmo a África-biologia. Achille Mbembe, ao se referir à (impossibilidade de) criação de uma africanidade, lembra do risco de se racializar a África, reduzindo suas multiplicidades, sua riqueza, à uma “terra de gente negra” (MBEMBE, 2001: 185).

Paul Gilroy, por sua vez, diz de um Atlântico Negro, uma movimentação para além das geografias, dos atavismos ou essencialismos e a importância dessa circulação em pensadores e ativistas negros como Richard Wright e W. E. B Dubois, entre outros, para que pudessem fugir de um destino prefigurado por sua “raça”: *“Quer sua experiência de exílio seja forçada ou escolhida, temporária ou permanente, esses intelectuais e ativistas, escritores, oradores, poetas e artistas articulam um desejo de escapar aos laços restritivos de etnia, identificação nacional e, às vezes, até da própria ‘raça’”* (GILROY, 2001: 65)

## MISCIGENAÇÃO

Essa produção será questionada por aqueles que acionam os mapeamentos genéticos (em vez das doenças raciais) para, a partir da afirmação da miscigenação como característica da identidade brasileira, questionar as cotas raciais (e outras políticas de ação afirmativa), bem como certos investimentos numa “identidade negra”. Acionam-se mapeamentos genéticos para se questionar a existência de doenças raciais, por exemplo. Ou seja: continuamos numa arena política marcada pela presença da biologia.

Em relação aos mapeamentos genéticos, desde o ano de 2000, a equipe do geneticista Sérgio Danilo Pena (da Universidade Federal de Minas Gerais) realiza essas pesquisas na área de genética de populações. O primeiro foi *Retrato Molecular do Brasil* (2000). Sua proposta foi mapear a presença de ancestrais ameríndios, europeus e africanos na população branca do Brasil. A pesquisa revelou que a esmagadora maioria das linhagens paternas dessa população veio da Europa. A “surpresa” ficou por conta das linhagens maternas, que mostraram uma distribuição uniforme quanto à sua origem geográfica: 33% de linhagens ameríndias, 28% de africanas e 39% de européias. Entre os brasileiros brancos haveria, assim, uma frequência maior de marcadores de origem africana e ameríndia do que européia.

Em 2003, um outro mapeamento genético (*Color and genomic ancestry in Brazilians*) buscava verificar se existe uma correlação entre cor e ancestralidade no Brasil - se haveria uma correspondência entre aparência física e origem geográfica. A principal conclusão foi a de que não há correspondência entre as características fenotípicas e as características genômicas, ou seja, a cor, no Brasil, não seria um indicador de uma ancestralidade africana. Uma série de outros estudos utilizando marcadores moleculares validou esses resultados, estendendo-os para todas as regiões do Brasil.

Esse tipo de mapeamento é que passa, então, a ser mobilizado constantemente no debate sobre cotas e ação afirmativa. E o que se quer, através deles, é afirmar a miscigenação como substância que preenche a identidade brasileira. Essa substância (comprovada cientificamente pela genética) estaria totalmente desvincilhada do branqueamento ou de qualquer outra ideologia, valor, orientação política. Uma concepção de ciência marcada pelo signo da neutralidade.

Algumas posições políticas chegam a afirmar que esses mapeamentos genéticos tiveram um impacto positivo na medida em que “deslegitimam cientificamente” a noção de raça, gerando possíveis efeitos na formulação de políticas públicas de combate ao racismo. Seria a ciência solapando bases que alicerçam posições no plano das políticas de identidade (SANTOS & MAIO, 2005).

### **DESVELAR, REVELAR**

Em relação à configuração aqui proposta, venho discutindo, em outros trabalhos, o modo como a legitimidade e a autoridade da ciência está sendo acionada nas posições políticas e argumentos no debate sobre políticas de ação afirmativa (RODRIGUES, 2008). Para além desse cientificismo, gostaria, agora, de focalizar uma outra dimensão que atravessa essa configuração: a da identidade. Mais do que realizar uma discussão em torno dos sistemas de classificação racial vigentes no Brasil – se múltiplos, se bipolares ou mesmo se é possível falar em “sistemas classificatórios” – interessa, aqui, problematizar a própria ênfase numa política de identidade ancorada numa idéia de desvelamento.

Identidade e desvelamento quando se discute, por exemplo, a necessidade de se estabelecer critérios mais “objetivos” do que a auto-identificação, mobilizando-se “definições científicas” para “raça” para se contrapor à possibilidade de **fraude** nos processos seletivos universitários. Baseadas nesse raciocínio é que instituições como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) criaram “comissões de averiguação da raça” dos candidatos concorrentes pelas cotas. Cabia a essas comissões analisar fotografias dos candidatos para, a partir de características físicas como cor da pele, textura do cabelo e formato do nariz, definir se tratavam-se, “realmente”, de negros ou não. No caso da UnB,



a justificativa apresentada para a instauração da comissão foi a “inversão da lógica do racismo para beneficiar os negros” ou “olhar com os mesmos olhos da sociedade para beneficiar”.

Discriminação “positiva”, “reversa”, “ao contrário”. As ações afirmativas - particularmente as cotas – constituem-se numa (re)apropriação da “raça” para combater o racismo. Ou seja, uma inversão da racialização que advém da adscrição no ato discriminatório. Seguindo-se este raciocínio, para aquele que discrimina, o “outro” é sempre “negro”, ou tal como sugerido por Frantz Fanon (1983), o negro se percebe enquanto tal a partir do *olhar* do outro. Mas será o próprio Fanon quem irá problematizar esta identificação: ela faz sentido quando se trata de analisar o racismo e a identificação que ele promove em termo adscritos. Mas e do ponto de vista da auto –identificação?

A ênfase no *estigma* ou na adscrição *racial* resulta num “objetivismo estruturalista” (COSTA, 2002) que se expressa num uso exagerado da categoria raça:

*“... sem o apoio de estudos qualitativos que permitam identificar a forma como a dinâmica racial efetivamente opera no plano das relações sociais, não se pode pressupor, a partir da possibilidade [estrutural] de agrupamento das desigualdades nos pólos branco-não branco, que a sociedade efetivamente funcione com base nessa polaridade”* (COSTA, 2002: 50).

A identificação racial funcionaria, assim, *dialeticamente* – “raça para combater o racismo” (SARTRE, 1978) - e de modo semelhante a certa utilização marxista das categorias proletariado ou classe trabalhadora: construídas, “em si”, como virtualidade política, elas precisam ser apropriadas pelos sujeitos, tomadas “para si”, em nome de sua própria emancipação. Assim, a identidade é concebida como um processo de “desvelamento”: uma “pedagogia racial” (MAGGIE, 2005, 2006) baseada na reconção de uma identidade negra que precisaria ser reconhecida, (re)descoberta.

Este *caráter instrumental* ou *estratégico* da identidade *racial* é uma das questões a serem problematizadas. Pode-se **julgar** as identidades construídas fora desse marco da racialização – sugerido pelas políticas de ação afirmativa - como sendo expressão de uma espécie de “alienação” ou “falsa consciência”?

Não se trata, portanto, de questionar políticas como as cotas *raciais* por conta da dificuldade ou impossibilidade de se definir quem é negro no Brasil. Mas de questioná-las por essa necessidade e exigência de identificação e pela opção de um combate ao racismo que se faz por uma inversão. Reversão entendida como força dialética que reage em vez de agir; que passa a negatividade para o primeiro plano.

Vale ressaltar que mesmo nos casos em que se quer negar a possibilidade de constituição de uma identidade racial – como no caso daquelas posições que acionam os mapeamentos genéticos - essa negação é feita através da afirmação de uma outra identidade: a miscigenação entendida como identidade nacional. Permanece-se, ainda, no marco de uma lógica identitária. E também na mesma lógica de desvelamento, que também opera em relação aos mapeamentos genéticos: assim, a “branquitude” dos brancos pode ser questionada na medida em sua ancestralidade “revela” um “pé na cozinha”; negros que, a despeito de sua aparência, possuem genes de origem européia ou ameríndia e, por isso, poderiam ter sua “negritude” posta em xeque pela genética.

Nessa opção por uma política de identidade, o combate ao racismo e às desigualdades acabam por ficar em segundo plano.

## Bibliografia

- COSTA, Sérgio, “A Construção Sociológica da Raça no Brasil” in *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n.º 1, 2002.
- FANON, Frantz, “A experiência vivida do negro”, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Rio de Janeiro: Fator, 1983 [1952].
- FRY, Peter, “O significado da anemia falciforme no contexto da política racial do governo brasileiro 1995-2004” in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, volume 12, número 2, 2005.
- GILROY, Paul, *O Atlântico negro – Modernidade e dupla consciência*, São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001 [1993].
- MAHER, Cristina Machado, “*Nem tudo é estar fora*”: o movimento de mulheres negras e as articulações entre raça e saúde, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2005.
- MBEMBE, Achille, “As formas africanas de auto-inscrição”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n.º 1, 2001.
- OLIVEIRA, Fátima, “Afiml, o que os letrados chamam de ‘racialização?’”, Caderno da Cidadania, *Observatório da Imprensa*, 18 de julho de 2006 [<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=390CID004>]
- RODRIGUES, Carolina Cantarino, *Políticas de ação afirmativa e o embate ente representações sobre as relações raciais no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2004.
- RODRIGUES, Carolina Cantarino, “Ciência, Políticas de Identidade e os Dilemas do Combate ao Racismo no Brasil”, trabalho apresentado durante o 32. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil, 2008.
- SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor, “Qual ‘Retrato do Brasil?’: raça, biologia, identidades e política na era da genômica”, *Mana*, v. 10, n.º1, 2004.
- SARTRE, *Reflexões sobre o Racismo*, Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Ed.), *O Livro da Saúde das Mulheres Negras – Nossos Passos Vêm de Longe*, Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.
- WERLE, Denílson Luís COSTA, Sérgio, “Reconhecer as Diferenças: Liberais, Comunitaristas e as Relações Raciais no Brasil” in *Novos Estudos Cebrap*, n.º 49, novembro de 1997, pág. 176.